

FORMAÇÃO DOCENTE NA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

THIAGO DA SILVA MELO

Mestrando em Geografia - UEL. Especialização em Ensino de Geografia – UCAM.

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de trazer considerações acerca da formação de professores para a abordagem das questões étnico-raciais, com enfoque no papel da educação e na formação continuada dos professores para intervenção nas práticas pedagógicas em sala de aula, uma vez que a persistência das desigualdades sociais entre negros e brancos continua latente. Diante desse cenário de desigualdades, persistem também os mais diversos estereótipos e preconceitos com relação à população negra, que precisam ser desconstruídos e combatidos na escola, que é o local onde ocorrem grande parte dos atos de discriminação e, portanto, também tem importante função no processo de conscientização e orientação dos alunos em seu processo de formação para a cidadania.

Palavras-chave: Formação docente. Educação. Diversidade étnico-racial.

INTRODUÇÃO

O aumento significativo dos debates de temáticas acerca da questão étnico-racial, em diferentes esferas e ambientes, como as universidades, Congresso Nacional, Organizações não governamentais (ONGs) e escolas, tem evidenciado o preconceito e discriminação contra os negros e sua cultura, ao mesmo tempo que tem viabilizado políticas públicas afirmativas com o objetivo de combate à discriminação e à violência.

Essas políticas públicas são pertinentes na conjuntura contemporânea, pois, conforme tem revelado pesquisas recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a desigualdade social existente no país está relacionada à desigualdade racial, ou seja, os pobres e miseráveis no Brasil são, majoritariamente, negros, enquanto os ricos e a classe média são constituídos em sua maioria de brancos ou de pessoas que se identificam como tal.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, mostra, por exemplo, que 73,7% dos negros encontram-se entre os 10% mais pobres enquanto que 82,7% do 1% mais rico são brancos. Tais dados são importantes por evidenciar a correlação que há entre a variante econômica e o pertencimento racial.

Os dados evidenciam que a sociedade brasileira não conseguiu superar totalmente suas raízes escravocratas, sendo a desigualdade presente no cotidiano com um indiscutível desfavorecimento à população negra.

Diante desse cenário de desigualdade racial, o movimento negro passou a lutar pela implementação de políticas afirmativas no âmbito educacional, objetivando o combate ao racismo e às demais formas de discriminação.

Pois a escola refletindo os interesses das elites classifica os sujeitos pela classe social e etnia o que tem sido determinante para (re)produzir e hierarquizar as diferenças, segregando da História a cultura negra e sua contribuição para o Brasil.

Particularmente na escola também se expressam os atos discriminatórios por meio de agressões físicas e/ou verbais, do isolamento e da exclusão, com as mais diversas consequências, como a evasão escolar e o sofrimento, sendo comum a omissão de professores e gestores da escola por falta de preparo para lidar com tais situações e até mesmo por preconceitos e estereótipos construídos no âmbito particular.

Segundo Madureira (2007, p. 389): “Preconceitos correspondem a fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo que acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos.”

O que podemos perceber é que a escola assume um importante papel enquanto local onde ocorrem os atos de discriminação e, portanto, também tem importante função no processo de conscientização e orientação dos alunos em seu processo de formação.

Apontando para a função da Educação no combate à discriminação, através de atitudes que promovam a construção de uma sociedade justa que assegure os direitos de cada cidadão.

Motivado por essas considerações preliminares, a busca por referências bibliográficas foi indispensável na tarefa de compreender a importância da inserção da temática diversidade sexual na escola como ferramenta para desconstruir preconceitos e inibir atos discriminatórios.

Um dos momentos primordiais durante o processo de investigação científica para a elaboração do artigo foi a metodologia empregada. Segundo Nossa (2005) esta etapa compreende-se como um processo interligado de procedimentos, convergidos na problemática do acesso, tratamento e emprego dos dados e informações.

Foram realizados levantamento e estudo bibliográfico, pesquisa documental em jornais, revistas, sites, biblioteca e Centro de Documentação Regional (CDR) e a partir das leituras, a tarefa da reflexão e escrita do presente artigo.

Dessa forma, o presente artigo pretende discutir as questões étnico-raciais com enfoque no papel da educação e na formação continuada dos professores para intervenção nas práticas pedagógicas, pela necessidade de compreender inserção na temática étnico-racial e a apreensão dos docentes sobre essa política de ação afirmativa.

O RACISMO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

As teorias racismo surgiram durante o século XVIII, influenciando na forma como os diferentes grupos humanos são percebidos pelas suas características da cor da pele, que, segundo Munanga, foi considerada como critério fundamental e divisor de águas entre as chamadas raças, ideia presente até hoje no imaginário da população:

no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. E a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2003, p. 6)

No entanto, sabe-se que a cor da pele é definida pela concentração de melanina, sendo que esta é definida por sua concentração na pele, olhos e cabelos. A chamada raça branca tem menos concentração de melanina, o que define a sua cor branca, cabelos e olhos mais claros que a negra, que concentra mais melanina e por isso tem pele, cabelos e olhos mais escuros e a amarela, numa posição intermediária, que define a sua cor de pele que por aproximação é dita amarela. Sendo assim, a cor da pele é um critério artificial para agruparmos “raças” distintas e hierarquizá-las.

Dessa forma, as percepções das diferentes raças pela ciência no século XVIII, apesar de ainda muito presentes na justificativa de preconceitos e estereótipos, não encontram fundamento concreto.

A hierarquização das chamadas raças cria desigualdades também no que diz respeito aos indicadores relacionados à educação. A pesquisa de Munanga (2003) examina os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-82) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil, observando que estes indicavam que os alunos

negros (inclusive os pardos) eram os que mais repetiam o ano e os mais excluídos na escola quando comparado aos brancos.

Os alunos negros não só reprovavam com mais frequência como também saíam da escola sem terminar as séries iniciais. Entre os alunos aprovados na 1ª série, 59% eram brancos e 41% eram negros. A evasão escolar também se mostrou mais corriqueira para os alunos negros, que estatisticamente representavam o dobro se comparados aos alunos brancos.

Outro autor, Henriques (2002), através de seus estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil, evidencia que a taxa de indivíduos com 25 anos possui uma diferença média de escolaridade de 2,3 anos dos brancos em relação aos negros e pardos.

As diferenças de escolaridade e o preconceito contra o negro também ficam evidenciados ao analisarmos o mercado de trabalho no que diz respeito à empregabilidade e valores salariais.

Segundo o Brasil Debate, em publicação de 03 de março de 2015, com base em dados do LAESER-UFRJ, pretos e pardos – 50,7% dos brasileiros – ocupam em torno de 30% do funcionalismo brasileiro, são 17,6% dos médicos e menos de 30% dos professores universitários. Já entre os diplomatas, apenas 5,9% são pretos e pardos; entre os auditores da Receita Federal, 12,3%; e na carreira de procurador da Fazenda Nacional, 14,2%, lembrando que nas classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é utilizado o termo preto. Esses dados mostram uma gritante desigualdade que não pode ser desconsiderada.

A taxa de rotatividade nos empregos também é maior entre a população negra, cerca de 44% da população economicamente ativa. Para os brancos a taxa estava em 33,6%.

Com relação às profissões mais ocupadas pelos negros, estão aquelas com as menores remunerações, como, por exemplo, a de empregado doméstico, onde 63% dos trabalhadores ocupados são negros. Em contrapartida, brancos detêm quase 60% dos postos com e sem carteira no setor público – como militares ou funcionários no setor público. Brancos são também quase 70% dos empregadores no Brasil.

A população economicamente ativa branca possui rendimento real médio 72,8% superior à negra, se comparada a desigualdade entre o rendimento auferido pelos homens brancos e pelas mulheres negras esse percentual salta para 138,3% e as mulheres brancas auferiam rendimentos 26,2% mais elevados do que os homens negros. Na comparação

anual, houve elevação de rendimentos de 1,4% para os trabalhadores brancos, e de 3,8% para os negros, o que demonstra que, apesar de ainda ser gigantesca, a desigualdade salarial entre negros e brancos vem diminuindo.

Os dados apresentados evidenciam o abismo que distancia negros e brancos com relação à educação, essa diferença se sustenta através de diversos mecanismos, inclusive intraescolares:

O fenômeno da diferença de anos de escolarização entre brancos e negros na atualidade, alguns estudos demonstram que parte do problema está associada ao racismo e à discriminação racial presentes em nossa sociedade em geral e, em especial, na instituição escolar. (SILVÉRIO, 2002, p. 240)

As formas de avaliação, os livros didáticos, os conteúdos, a metodologia e a prática pedagógica tem contribuído para que os estudantes negros no ensino básico tenham um autoconceito negativo e isso interfere nas mais diversas formas no seu desempenho na escola.

Na escola, os currículos mantêm os negros à margem da História, como se fossem invisíveis e não tivessem contribuído para a formação política, social, cultural e econômica do Brasil.

Na relação entre professores e alunos, Cavalleiro (2000) constatou a discriminação por parte dos docentes com relação aos alunos negros, que recebem tratamento afetivo muitas vezes diferente dos colegas brancos e simplesmente se calam diante da manifestação do racismo dos alunos, que veem à tona mesmo das formas mais sutis:

No espaço escolar há toda uma linguagem não verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições-formas de tratamentos, atitudes, gestos, tons de voz e outras-, que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios. (CAVALLEIRO, 2000, p. 98)

Os alunos negros são inferiorizados através de xingamentos, piadas e apelidos ligados às suas características físicas, atitudes consideradas muitas vezes como meras “brincadeiras”:

Quando se trata dos traços fenotípicos, os alunos são alvos de xingamentos e humilhações, principalmente em relação às meninas negras. Elas sofrem por causa dos xingamentos em função da sua

aparência. Os lábios, nariz e os cabelos crespos são motivos de ofensas, percebidos como “desarrumados” e “ruins” em função deles os estudantes negros são expostos às diferentes formas de ofensas raciais: cabelo de bombрил, assolam, bucha de canhão. (GOMES et al, 2004, p. 11)

As formas de discriminação estão presentes, inclusive, nos materiais didáticos, com a desvalorização, dos pontos de vista físico, moral, intelectual e cultural do negro, colaborando com a (re)produção de preconceitos que mantêm e legitimam o imaginário social racista através de imagens e textos que são veiculados.

Diante desse cenário, cabe dizer que a educação também é um dos principais mecanismos de transformação cultural de um país, e deve promover cada ser humano de maneira integral, estimulando o respeito às diferenças e às características próprias de cada sujeito e grupo social.

Os investimentos na formação de docentes com abordagens das questões étnico-raciais é algo elementar, que precisa ser feito para transformar e interromper os processos discriminatórios que atuam como determinantes na trajetória escolar de insucesso de diversos alunos negros.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE

Demonstrando a necessidade da abordagem das questões étnico-raciais na escola, foi criada a Lei 10.639 em 2003, um marco histórico, que determinou a obrigatoriedade do ensino da história da África e africanizantes (incluindo os elementos culturais) no currículo, além de regulamentar o Dia da Consciência Negra como data comemorativa a ser inserida nos calendários escolares:

A publicação da Lei, juntamente com as políticas de ações afirmativas, contribui para superação gradativa da omissão da presença negra nas instituições de ensino. Problematizando a necessidade de se proporcionar espaços de discussões e vivências em que os educadores compreendam e estejam preparados para reconhecer as relações de vida dos seus alunos. (BRAGHINI, 2005 p. 62)

A criação dessa lei, no entanto, não ocorre por simples iniciativa do Estado, é necessário destacar as lutas antirracistas no Brasil, tomando-as como um ponto de partida na reivindicação da reestruturação da qualidade social da educação do país.

Essa lei representa, sem dúvida, um grande avanço nas políticas de valorização e reconhecimento do negro no Brasil, no entanto, sua implementação na prática, tem encontrado diversos desafios.

Dentre esses desafios, está a formação de docentes capacitados para abordar de forma coerente as questões étnico-raciais, pois disciplinas com essa temática nem sempre integram os currículos para as graduações em licenciatura:

Convém destacar que a grade curricular de alguns cursos, como História e Geografia, graças à especificidade dos conteúdos que a compõem, contempla a discussão sobre alguns aspectos relativos ao continente africano, no entanto, carece de um enfoque aprofundado tanto na dimensão macrossocial quanto das práticas pedagógicas. No caso do currículo dos cursos de Pedagogia e Educação Física, o debate racial não emerge de forma institucionalizada, sendo trazido à baila pela presença de professores, professoras, alunos e alunas negros. (DIAS, 2012, p. 8 e 9)

A ausência de cursos de formação continuada e os materiais didáticos são as principais dificuldades apontadas pelos próprios professores para a abordagem da temática:

A principal dificuldade apontada pelos docentes nesse processo é a ausência de aprofundamento na temática como um desdobramento da formação inicial e continuada, bem como de acesso a um material didático atualizado com a dimensão apontada pelas Diretrizes. (TEIXEIRA, 2012, p. 17)

A formação de professores capacitados é fundamental para a inclusão da temática de maneira satisfatória no currículo, devido à inexistência de convencimento e de conhecimento sobre a importância da abordagem do tema em sala de aula por parte de muitos docentes.

As práticas dos professores na contemporaneidade exigem grande comprometimento com as transformações sociais, exercício de análise e crítica de suas metodologias para a compreensão da estrutura social na qual ele se encontra.

Suas habilidades precisam ir além daquelas que obteve em seu curso de graduação, o que evidencia a extrema relevância da formação continuada na aprendizagem de conceitos que serão necessários na intervenção em sala de aula no exercício da função social da escola para que

a vontade de mudar a escola, para adaptá-la a contextos sociais mutantes ou para democratizar mais acesso aos saberes, não é compartilhada por todos e, muitas vezes, é frágil, limitando-se a meros discursos. (PERRENOUD, 2002, p. 191).

No entanto, não é apenas o docente que precisa assumir sua responsabilidade nesse processo, tendo em vista que toda a equipe pedagógica necessita problematizar a inserção da temática no currículo para não permitir a compreensão contraditória de que é suficiente inserir apenas um conteúdo esporádico e descontextualizado ou abordar o tema apenas em data comemorativa do calendário escolar exclusivamente para cumprir a lei.

De maneira geral, as instituições de ensino preocupadas apenas em simplesmente cumprir a lei não planejam suas atividades de forma a transformar a escola, restringindo-se a projetos pontuais, frágeis e dissolúveis.

É necessário destacar também o papel das Secretarias de Educação quanto a eficácia da formação continuada de professores. O modo como se desenvolve essa formação estão diretamente atrelado com as posturas políticas. De acordo com cada política uma forma diferenciada de resultados da formação.

Apesar do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a abordagem da questão étnico-racial, alguns fatores contribuem para que haja grande dificuldade na efetivação de tais políticas, principalmente na formação dos professores, como: qualificação deficitária; insatisfação com o salário; sobrecarga de aulas e atividades; omissão diante de situações discriminatórias pela sensação de incapacidade para agir e mesmos os próprios preconceitos dos educadores, ressaltando o despreparo destes para lidar com as diversas situações de violência que surgem na escola como assinala Gonçalves e Silva, (1996, p.175):

Professores, fazemos parte de uma população culturalmente afro-brasileira, e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar o estudante negro não constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros que têm raiz africana. Se insistirmos em desconhecê-la, se não a assumimos, nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mas nós já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. Triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são, e tentam ser, imitando o que não são.

Cabe ao Estado possibilitar a execução plena da Lei 10.639/2003 através da oferta de cursos de formação continuada e às demais instituições o reconhecimento da necessidade da abordagem das questões étnico-raciais de maneira plena, e aos educadores cabe refletir sobre a melhor forma de reconhecer e trabalhar com a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do racismo, ainda que de forma velada, continua presente na sociedade brasileira, manifestando-se também nos mais diversos índices socioeconômicos e da educação, evidenciando o grande abismo que afasta grande parte da população negra do acesso à educação e uma boa condição de vida.

Algumas políticas públicas foram implementadas com o objetivo de diminuir essa desigualdade de acesso às oportunidades entre negros e não negros, como a obrigatoriedade da inserção de conteúdos que valorem sua cultura no currículo.

Sendo necessários investimentos na formação de professores para a abordagem das questões étnico-raciais, sendo tal fato elementar para transformar as relações entre os alunos na escola e em uma escala maior toda a sociedade, interrompendo os processos discriminatórios que são determinantes no desestímulo aos estudos e na evasão escolar de diversos alunos negros.

Pois a escola assume um importante papel enquanto local onde ocorrem os atos de discriminação e, portanto, também tem importante função no processo de conscientização e orientação dos alunos em seu processo de formação e precisa cumprir o dever de educar para a cidadania e o respeito e valorização dos diferentes grupos e sujeitos.

Nesse contexto, cabe ao Estado possibilitar e execução plena da Lei 10.639/2003, através da oferta de cursos de formação continuada, às demais instituições, o reconhecimento da necessidade da abordagem das questões étnico-raciais de maneira plena, aos educadores cabe refletir com os alunos acerca dos processos que desvalorizaram a cultura negra e como esta é importante para a construção da identidade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRAGHINI, Lunde (Org.). Educação anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), 2005.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2000.

DIAS, Karina de Araújo. Formação continuada de educadores para a diversidade étnico-racial: a rede municipal de ensino de Florianópolis em foco. In: **Anais do IX ANPED Sul: Seminário de pesquisa em educação da Região Sul: Florianópolis, 2012.**

GOMES, Nilma Lino; SANTOS, Cynthia Adriadne; SILVA, Natalino Neves da.; FERREIRA, Shirley de Jesus. Identidades e Corporeidades Negras: Formação de Professores Voltada para a Diversidade Étnico-Racial. In: **Anais do Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária,** Belo Horizonte, 2004.

HENRIQUES, Ricardo; BRANDT, Maria Elisa Almeida; JUNQUEIRA, Rogério Diniz; CHAMUSCA, Adelaide. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Caderno SECAD 4** - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Brasília-DF, 2007.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática.** Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia (IP). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2007.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: EDUSP/Estação Ciências, 2003.

NOSSA, Paulo Nuno Maia de Sousa. **Abordagem Geográfica da Oferta e Consumo de Cuidados de Saúde.** Tese (Doutorado em Geografia) – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: profissionalização e razão pedagógica.** Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate do racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa,** n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

TEIXEIRA, Cristiane Ramos. Formação continuada de professores para diversidade étnico-racial na rede municipal de Cariacica-ES. In: **Anais do I Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Ensino, Pesquisa, Crítica,** UFES, Vitória, 2012.